

Ameaça de nova pressão sobre devedores

O Banco Mundial pode ser transformado em novo supervisor da economia dos países endividados. É o que será discutido na reunião do FMI.



Os países em desenvolvimento temem que a cooperação mais íntima entre o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que vem sendo estimulada pelas autoridades financeiras do Primeiro Mundo e das duas instituições, resulte em formas redobradas de pressão e numa supervisão mais energética de suas políticas econômicas. O assunto está sendo examinado nesta reunião anual conjunta do FMI e do Bird, mas é improvável que os ministros cheguem a um consenso sobre o que fazer até o final da semana que vem.

Países como o Brasil evidentemente querem que o Banco Mundial aumente sua ajuda, mas desejam também que preserve suas funções tradicionais de apoio ao desenvolvimento a longo prazo, ainda que, numa emergência, possa destinar-lhes recursos para minorar problemas de balanço de pagamentos, como de fato aconteceu no último ano.

Mas, enquanto as relações de dependência desses países — os devedores, por exemplo — com o Fundo Monetário Internacional são de duração relativamente curta (os recursos são desembolsados num prazo pequeno e nada indica que o FMI pretenda mudar a situação), a coisa muda de figura com o Banco Mundial. Os projetos — obras específicas ou programas de governo — apoiados pelo Banco são executados ao longo de muitos anos e o dinheiro da instituição é desembolsado mais lentamente. Assim, se o Banco Mundial resolver impor condicionalidades no estilo do Fundo Monetário Internacional, as autoridades do País podem ficar amarradas às suas prescrições durante muitos anos. Esse temor foi até certo ponto exposto pelo diretor da Área Externa do Banco Central, Madeira Serrano (foto); numa conversa com jornalistas. Mas consta também de um texto que orientou as discussões dos membros do Grupo dos 24, que representam os países em desenvolvimento.

O papel do Banco Mundial nos próximos anos está sendo objeto de debates intensos não só entre os técnicos da própria instituição — a pedido do seu presidente, A. W. Clausen — como também entre as autoridades financeiras dos países-membros. Como este jornal divulgou há cerca de três meses, o Banco Mundial tem uma série de ideias com vistas à mudança estrutural da economia brasileira, que vão da modernização da administração pública à reforma de alguns setores.

O que os países em desenvolvimento querem mesmo é que o Banco Mundial aumente os níveis de empréstimos em relação ao seu capital e reservas, já que sua *gearing ratio* (taxa de alavancagem) é de um por um. Isto é, os empréstimos não podem superar o capital e reservas em nenhum momento. Alguns bancos privados emprestam 30 vezes seu capital, como o próprio Clausen observou certa vez. Mas o presidente do banco Mundial tem resistido à mudança do critério para o Banco Mundial, dizendo que o Banco toma recursos no mercado para repassar aos membros com a promessa implícita de que seus credores podem contar com uma *gearing ratio* extremamente conservadora. Assim, o Banco Mundial pode desfrutar de taxas mais favoráveis. O crédito do banco seria ferido se o critério fosse alterado, argumentam os altos funcionários da instituição.

A. M. Pimenta Neves